

A

A TERCEIRA MARGEM DO RIO DOS ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE ADMINISTRAÇÃO E ORGANIZAÇÕES NO BRASIL: (RE)PENSANDO A CRÍTICA A PARTIR DO PÓS-COLONIALISMO

ALEXANDRE REIS ROSA

Doutor em Administração Pública e Governo pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp-FGV).

*Professor do Departamento de Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).
Avenida Fernando Ferrari, 514, CCJE/ADM, Goiabeiras, Vitória – ES – Brasil – CEP 29075-910*

E-mail: alexandre.r.rosa@ufes.br

RAFAEL ALCADIPANI

Ph.D em Management Studies pela Manchester Business School.

*Professor do Departamento de Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (Eaesp-FGV).
Avenida Nove de Julho, 2.029, Bela Vista, São Paulo – SP – Brasil – CEP 01313-902*

E-mail: rafael.alcadipani@fgv.br

RESUMO

O objetivo deste ensaio é apresentar uma introdução ao pensamento pós-colonial a partir da sua origem, das principais vertentes de estudo e de possíveis diálogos entre as tradições anglófona e latino-americana. Para tanto, discutimos os conceitos de subalternidade, descolonização e hibridismo como possibilidade teórica de se explorar a perspectiva pós-colonial nos estudos críticos sobre organizações no Brasil. Embora o debate sobre subalternidade e pós-colonialismo seja relativamente novo nos estudos organizacionais, dentro e fora do Brasil, a revisão da literatura na área mostra que, mesmo fora do contexto da *démarche* pós-colonial, muitos trabalhos produzidos sobre administração e organizações no Brasil levaram em conta as mesmas preocupações dos autores pós-coloniais. De forma indireta, os trabalhos abordam temas que estão ligados aos efeitos do colonialismo no mundo contemporâneo e ainda reconhecem a necessidade de se descolonizar este campo de estudos quando analisam a questão da dependência cultural na tradição intelectual brasileira e na transferência de tecnologia gerencial entre países do centro e da periferia, quando problematizam o uso de teorias produzidas no Norte Global e buscam referências que valorizem um olhar a partir do Sul Global, e quando identificam a forte presença do hibridismo na dinâmica cultural brasileira. Por outro lado, ao analisar o campo de estudos críticos no Brasil, constatamos a presença de uma visão dicotômica que tende a radicalizar a relação centro/periferia com a separação entre uma suposta crítica nacional e o *critical management studies* (CMS), reproduzindo um tipo de binarismo intelectual típico da mentalidade colonial, que neste caso busca definir quem é e quem não é crítico. A fim de superar este impasse, propomos um processo de hibridização capaz de reconciliar os dois polos. Ao final do ensaio, argumentamos que o desenvolvimento teórico e político de ambos os lados depende de uma abordagem que explore as fissuras do discurso colonial e se configure a partir de um terceiro espaço de produção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE

Pós-colonialismo; Estudos subalternos; Hibridismo; Estudos críticos; CMS.

1 INTRODUÇÃO

À maneira de um princípio configurador, o centripetismo incide em todos os níveis de nossa vida, estabelecendo uma tensão dialética entre a estrutura anacrônica do país e sua estrutura em geração. Em termos superestruturais, essa tensão traduz um conflito de duas perspectivas: a do país velho e a do país novo, a da mentalidade colonial ou reflexa e a da mentalidade autenticamente nacional. No domínio das ciências sociais, essa tensão também se verifica. Até agora, considerável parcela de estudiosos se conduziu sem se dar conta dos pressupostos históricos e ideológicos do seu trabalho científico. Sua conduta era reflexa e se submetia passiva e mecanicamente a critérios oriundos de países plenamente desenvolvidos (GUERREIRO RAMOS, 1958).

A reflexão em epígrafe reflete a preocupação de Guerreiro Ramos em problematizar a questão da assimilação cultural, pois era necessário um modelo de assimilação crítica que pudesse considerar a dinâmica cultural do país, e não apenas um reflexo do que era proposto pela razão dos centros Ocidentais metropolitanos. Para tanto, o autor propõe o método da “redução sociológica”, que consiste em apreender essa dinâmica colonial de maneira crítica, apropriando-se desse conhecimento (ou prática) de maneira seletiva, fazendo as devidas mediações a partir da dinâmica local, regional ou nacional (GUERREIRO RAMOS, 1958).

Se tomarmos a essência desta reflexão como um esforço de Guerreiro Ramos em pensar a realidade local a partir das suas próprias bases e da sua própria história, rompendo com a lógica colonial de explicar o outro a partir de si mesmo, podemos dizer que se trata de uma forma de pensar que visa superar o etnocentrismo europeu e norte-americano. Nos dias atuais, esse esforço caracteriza o núcleo do que se tem denominado de teoria pós-colonial ou pós-colonialismo, cujo projeto se desenvolve nos anos 1980, a partir dos trabalhos de autores palestinos e indianos, que escreveram suas experiências vividas em outros países, principalmente em contexto anglo-saxão ou sob a

hegemonia britânica, com as mesmas preocupações que o teórico brasileiro apresenta. Porém, vale destacar que a proposta de “redução sociológica” foi elaborada mais de vinte anos antes da *démarche* intelectual proposta pelo pós-colonialismo.

O principal objetivo da teoria pós-colonial é refletir sobre a herança do colonialismo nas sociedades periféricas. Levando-se em conta que o Brasil foi um território colonial por mais de três séculos, cuja herança envolve mazelas como trabalho escravo, exclusão social, dependência econômica e cultural, tais mazelas já foram analisadas por autores latino-americanos muito antes dos acadêmicos de língua inglesa (MIGNOLO, 1996). Há décadas o continente conta com analistas preocupados com efeitos do colonialismo na América espanhola (MARIÁTEGUI, 1928; KUSCH, 1953; ZEA, 1969; DUSSEL, 1972) e na América portuguesa (GUERREIRO RAMOS, 1958; CORBISIER, 1957; SODRÉ, 1961; PINTO, 1960; FREIRE, 1968; CARDOSO, 1971; SCHWARZ, 1977; SANTIAGO, 1978). Isso sem mencionar o papel exercido pelos Estados Unidos como metrópole cultural e econômica para o Brasil, especialmente após a Segunda Grande Guerra (TOTA, 2000).

Durante muito tempo, o pensamento social latino-americano esteve associado não ao colonialismo ou ao pós-colonialismo, mas sim a questão da dependência. Segundo Caronil (2008, p. 398), “este termo identificou um corpo formidável de trabalhos desenvolvidos por acadêmicos de esquerda na década de 1960, projetada para compreender a distinta trajetória histórica da América Latina e para contrariar a teoria da modernização”. Aos poucos esta tradição de pesquisa foi perdendo força diante do processo de modernização dos países latino-americanos, legitimado pela ideologia do progresso, e da influência cada vez maior dos Estados Unidos na região (PEASE, 2005). No Brasil, o processo de redemocratização política e de mudança econômica fez com que os pesquisadores voltassem seus interesses de pesquisa para estes temas, deixando para trás o colonialismo e sua herança para o país. Apesar disso, Souza (2003) chama atenção para o fato de vivermos um tipo de “modernização seletiva”, uma modernização superficial em que os problemas sociais herdados do colonialismo ainda estão presentes na sociedade brasileira.

Outro objetivo da teoria pós-colonial é deslocar o *locus* de enunciação do centro para as margens do discurso, modificando a origem do olhar. Nessa direção, a proposta do Encontro de Estudos Organizacionais (EnEO) realizado em 2006, em Porto Alegre, teve como tema direcionador “apropriando teoria e prática, deslocando o centro”, com diversos trabalhos que buscaram dialogar com autores brasileiros e recuperar o fio dessa discussão, buscando alternativas para a descolonização (MISOCZKY, 2006). No entanto, a proposta não obteve a ressonância que merecia e, no encontro seguinte, em 2008, foi praticamente

deixada para trás, no âmbito na Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Administração (Anpad).

No intuito de retomar este debate iniciado em 2006, nosso objetivo neste ensaio é apresentar uma introdução ao pensamento pós-colonial a partir da sua origem, das principais vertentes de estudo e de possíveis diálogos entre as tradições anglófona e latino-americana, como uma alternativa para o descentramento nos estudos organizacionais. Julgamos importante esse diálogo como forma de contextualizar esta tradição teórica. Para tanto, analisamos e utilizamos os conceitos de subalternidade, descolonização e hibridismo como recursos teóricos para problematizar e, ao mesmo tempo, explorar algumas possibilidades de um olhar pós-colonial nos estudos críticos sobre organizações no Brasil.

Alguns esforços nesse sentido já foram realizados nos estudos organizacionais em países Anglo-Saxões, porém, a maioria deles por autores indianos, africanos e, mais recentemente, latino-americanos cuja base teórica reside majoritariamente nos autores anglófonos. O esforço de resgatar a tradição latino-americana nos ajuda a ampliar essa base teórica e, principalmente, a pensar as organizações latino-americanas a partir do seu próprio contexto histórico e social. Contudo, tal esforço requer um processo de hibridização capaz de romper com as categorias binárias que visam hierarquizar o conhecimento produzido dentro e fora do Brasil, criando fronteiras imaginárias entre esses dois contextos, quando, na verdade, o desenvolvimento de ambos depende de uma abordagem que explore as fissuras do discurso colonial e se configure a partir de um terceiro espaço de produção do conhecimento.

2 CRÍTICA AO COLONIALISMO E A FORMAÇÃO DE UM NOVO CAMPO DE ESTUDOS: SOBRE AS ORIGENS E OS DESDOBRAMENTOS DO OLHAR PÓS-COLONIAL

O ponto de partida de Guerreiro Ramos (1958) para formular sua tese da redução sociológica é a tomada de consciência crítica sobre a realidade nacional. Apenas com a desalienação, o indivíduo ou o grupo social consegue refletir sobre sua própria condição e se colocar como sujeito de seu próprio destino. Para apoiar esse argumento, Guerreiro Ramos apresenta a luta contra o colonialismo presente no mundo afro-asiático. Entre os autores citados está o poeta e político da Martinica Aimé Césaire (1955), que foi um dos primeiros intelectuais negros a problematizar o sujeito colonial a partir da denúncia feita sobre a ação dos colonizadores, vistos por ele como “piratas” que pilham as regiões

periféricas e ainda tentam impor sua própria lógica aos habitantes destas regiões. Tal reflexão serviu de base também para o trabalho de outro intelectual negro: Frantz Fanon.

A reflexão de Fanon (1963, 1967) se aproxima do pensamento de Guerreiro Ramos na discussão sobre a alienação sofrida pelos povos colonizados. Enquanto Guerreiro Ramos enxerga essa alienação como uma questão nacional, Fanon a vê como uma questão racial. Para Guerreiro Ramos (1958), o Brasil também participava, em condições particulares, dessa transformação das chamadas sociedades periféricas, sendo o seu ponto de partida a geração de uma consciência crítica que, no bojo dos efeitos sociológicos da industrialização brasileira, se traduz, entre outras coisas, na capacidade de pensar em termos de projetos, pois, quando “[...] um povo passa a ter projeto, adquire uma individualidade subjetiva, isto é, vê-se a si mesmo como centro de referências” (GUERREIRO RAMOS, 1958, p. 58).

Na perspectiva de Fanon (1967), a colonização se coloca como um processo violento que, ao impor uma identidade inautêntica, tende a subordinar e desumanizar o sujeito colonizado. Ou seja, diante do padrão dominante que é imposto pelo colonizador branco, o sujeito colonial negro ou mestiço é visto como coisa, cuja humanidade é negada. Assim, ao interiorizar o padrão dominante e reproduzi-lo em suas práticas sociais, o sujeito colonizado se molda a partir deste padrão, incorporando uma lógica que é externa ao seu próprio Ser. Para Fanon (1967), a desalienação consiste em se libertar dessa lógica e recuperar a sua identidade autêntica, de negro e mestiço. A questão nacional também faz parte da reflexão de Fanon (1963) sobre o colonialismo. Para o autor, a libertação nacional dos países colonizados se faz com uso da violência, pois somente a partir dela seria possível recuperar a identidade autêntica dos povos colonizados. A origem deste argumento está nas guerras de libertação da Argélia, ao qual Fanon foi um dos mais argutos analistas (SHEPARD, 2006).

Em momentos e lugares diferentes, Fanon e Guerreiro Ramos desenvolvem uma proposta de descolonização a partir da busca pela autenticidade com base numa tomada de consciência crítica, seja racial e/ou nacional. Essa problemática comum aproxima os dois autores e os coloca diante do desafio de pensar a possibilidade histórica de o colonizado assumir um lugar de enunciação privilegiado, formando uma identidade capaz de contrapor o discurso dominante, o discurso colonial. Esse esforço caracteriza a origem da teoria pós-colonial e foi o ponto de partida para que outros autores, também localizados na periferia, refletissem sobre sua própria condição de colonizado.

Na esteira desta proposta, três autores se destacam como principais representantes da *démarche* pós-colonial: o palestino Edward Said e os indianos Homi Bhabha e Gayatri Spivak (ASHCROFT; GRIFFITHS; TIFFIN, 2000). Seus trabalhos ganham projeção no mundo anglófono nos anos 1980 e suas análises se

voltam para o discurso colonial e a sua capacidade de constituir o sujeito colonial. Procuram avaliar as possibilidades de um contra-discurso equivalente ao esforço de desalienação presente nos trabalhos de Fanon (pois nenhum desses autores cita Guerreiro Ramos, até porque, diferente de Fanon, que teve seus trabalhos traduzidos para o inglês já nos anos 1960, o autor brasileiro não teve a mesma inserção “internacional”). Ao retomarem o debate colonial, trazem à tona novas temáticas, que estão na órbita desse discurso: orientalismo, imperialismo, feminismo, hibridismo, nacionalismo, identidades, vozes subalternas, entre outros.

O trabalho fundador dessa nova teorização pós-colonial é a crítica feita por Said (1978) ao orientalismo. Nesta obra, ao analisar como o Oriente tende a ser representado nas artes, literatura e cartografia europeias, o autor critica o orientalismo como uma visão distorcida do Oriente, criada pelo Ocidente para justificar os interesses coloniais na região, definindo os habitantes do mundo oriental como bárbaros. Essa distorção é definida por Said como um “estilo de pensamento”, um discurso sobre o Oriente que o ajudou a subordiná-lo e a colocá-lo “no seu lugar”. Ao analisar o orientalismo como um discurso essencialista, Said (1978) denuncia seu caráter autoritário e, sem a pretensão de reconstruí-lo, apresenta outras possibilidades de enunciação do discurso sobre o Oriente, que sejam livres de repressão e manipulação. Seguindo esta linha de argumentação, Said (1978) aborda a relação entre cultura e império como problemática na medida em que o fim do colonialismo não se restringe apenas a desocupação territorial e a emancipação política, pois tende a continuar por meio de imagens, idéias e representações construídas pelo colonizador. A ideia de um colonialismo sem territórios está no centro desse argumento, tendo nos Estados Unidos um exemplo de potência econômica e militar do mundo contemporâneo (SAID, 1978) que tende a operar pelo exercício do “*soft power*” que significa o uso da influência ao invés da força (NYE, 2004).

Um segundo autor de destaque na perspectiva pós-colonial é o indiano Homi Bhabha (1993, 1994). A sua principal contribuição reside nos espaços de enunciação que não sejam definidos por binarismos como, por exemplo, oriente/ocidente, dentro/fora, negro/branco, nacional/internacional, mas que se situem entre as divisões, no entremeio das fronteiras que definem qualquer identidade coletiva. Esse lugar intermediário, Bhabha (1994) vai denominar de *third space* ou *in between*, elegendo-os como o instante da hibridização. Neste instante híbrido o sujeito não possui uma identidade pré-fornecida por uma essência étnica ou cultural; ele se define de maneira provisória, circunstancial e negociada entre as possibilidades inesgotáveis de significação. No terceiro espaço, o sujeito se constitui uma “dialética rarefeita” entre o Ser e ser o Outro. Rarefeita porque se caracteriza pelo espaço aparentemente vazio desse terceiro lugar, estranho às duas totalidades que, sem saberem da sua existência, não conseguem colonizá-lo, e por estar entre esses dois lugares, congrega suas virtualidades globais e regionalidades enunciativas inerentes

aos discursos em circulação. O momento da hibridização nos permite compreender dois movimentos: um desconstrutivista, que ao revelar o traço híbrido de toda identidade desmonta a possibilidade de um lugar de enunciação homogêneo. O outro, normativo, que define uma identidade cosmopolita, composta por sujeitos híbridos que estão para além das barreiras raciais, étnicas e nacionais (BHABHA, 1993). Pensar no terceiro espaço, portanto, significa encontrar um lugar de enunciação capaz de escapar ao essencialismo das fronteiras culturais delimitadas pelo pensamento colonial. Significa, ainda, pensar o sujeito descentrado, cuja identidade não é fixa e não está definida *a priori*, de maneira pura e imune ao contato com o Outro.

Por estar além dos domínios totalizantes que delimitam as hierarquias identitárias, o terceiro espaço, essa fissura entre os discursos, se apresenta como uma brecha onde o “subalterno” consegue se expressar e se constituir como sujeito. Trata-se do local de interferência entre a imposição metropolitana e a resistência colonial. Essa possibilidade de o subalterno falar está no núcleo das análises desenvolvidas pela terceira autora, a indiana Gayatri Spivak (1988, 1990). A ideia de subalternidade aqui é central na medida em que escancara a construção de alguns grupos particulares como inferiores. Por ocupar um duplo lugar de fala subalterna, pelo fato de ser mulher numa nação colonizada, Spivak (1988) busca desfazer essa condição analisando a capacidade de o subalterno se representar. Historicamente, a condição de subalternidade – por subalterno entende-se não apenas os países periféricos, mas também as minorias que vivem no centro (como mulheres, negros, homossexuais etc.) – é a condição do silêncio, pois sua legitimidade tem sido dada por outra pessoa, que assume seu lugar no espaço público representando-o. Com efeito, o subalterno se torna dependente de mediadores para que sejam considerados atores legítimos de reivindicação. Contudo, ao aceitar essa condição de representado, o subalterno torna-se objeto na mão do representante e com isso não se constitui plenamente (SPIVAK, 1990). Daí a necessidade de o subalterno ocupar a brecha dos discursos, de tomá-lo por meio da insurreição e dos movimentos sociais não cooptados, apropriando-se do modo como serão representados em esferas deliberativas, cuja pauta será definida a partir de suas próprias reivindicações. A noção de subalternidade é uma tentativa de fazer com que a noção de opressão fique mais ampla, marcando, assim, a insatisfação com o conceito de classe que não leva em conta questões como etnia e gênero (RODRÍGUEZ, 2001).

A análise feita por Spivak sobre questão da representação e do subalterno está vinculada a um campo de estudos, derivado do pensamento pós-colonial, denominado de *subaltern studies*. O precursor desta linha de trabalho é o indiano Ranajit Guha (1982) que, juntamente com os membros do seu grupo de pesquisa, ao qual Spivak faz parte, propõe uma releitura da história considerando o ponto de vista dos subalternos. Este campo de estudos segue a reflexão de

Fanon (1967) e Said (1978) sobre o sujeito subalterno como produto do discurso dominante. Assim, para recuperar subjetividades autóctones, o *subaltern studies* se propõem a realizar uma releitura alternativa da história que revele realidades locais antes ignoradas pela versão “oficial”. Esta proposta chega ao contexto latino-americano por meio do Latin American Subaltern Studies Group (1993) que busca analisar o caso específico do continente, conforme discutiremos a seguir.

3 PERIFERIA E SUBALTERNIDADE: O OLHAR LATINO-AMERICANO SOBRE A QUESTÃO COLONIAL

No caso da América Latina, os estudos pós-coloniais desenvolvem-se, principalmente, como uma resposta às questões ligadas ao desenvolvimento social da região, à complexidade das desigualdades sociais e ao evidente descompasso com o centro. As condições da modernização latino-americana no final do século XX, tais como o hibridismo, o ser periférico, as noções de caráter nacional, a globalização, o colonialismo e a dependência, tornam-se os principais temas de interesse dos teóricos latino-americanos. A partir deste conjunto de temas emerge o problema da subalternidade.

A condição de subalternidade da América Latina é visível na história da riqueza e da pobreza dos povos, conforme descreve Landes (1998) em sua reflexão sobre como esta história “oficial” retrata as condições da América Latina, colocando-a entre os “perdedores”, ou seja, entre os povos escalonados atrás dos seus líderes e seguidores. Apesar da sua independência política, as nações latinas convivem, silenciosamente, com as carências de iniciativas locais e com o atraso tecnológico que caracterizam um padrão de desenvolvimento a partir da dicotomia colonizado/colonizador (LANDES, 1998; QUIJANO, 2000).

Neste contexto sociocultural, marcado pela fragilidade das instituições políticas, é que os povos latino-americanos se olham e se constituem a partir do colonizador, assumindo o lugar do subalterno. Em resposta a este quadro, surge o Latin American Subaltern Studies Group, em 1993, por iniciativa de John Beverley, Robert Carr, Jose Rabasa, Ileana Rodriguez e Javier Sanjines, cuja proposta consiste em rever a exclusão histórica das vozes nos estudos latino-americanos que remete à condição de subalternidade, um lugar em que a história deixa de ser tematizada como acontecimento para ser um “lugar cultural”. Dessa forma, tal proposta envolve uma crítica radical ao modo como as disciplinas do conhecimento acabam por formar e deformar as representações dos subalternos. O desafio de estudar vozes

que não são ouvidas é enfrentado por Beverley (1999) através de narrativas autênticas, um gênero literário chamado de *testimonio*. O conteúdo do *testimonio* é uma história pessoal dirigida a um interlocutor específico, compartilhada pela comunidade a qual o *testimonialista* pertence, e não simplesmente uma voz que representa um povo para denunciar uma situação de exploração e opressão (YUDICE, 1991).

O texto mais representativo de um *testimonio* é “*Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació La conciencia*”, uma entrevista que se tornou um livro publicado em 1983, de autoria de Rigoberta Menchú (BEVERLEY, 1999), vencedora do Prêmio Nobel da Paz de 1992. No seu *testimonio*, Menchú, uma mulher indígena da Guatemala, relata para vários públicos na Europa sua vida desde a adolescência, quando se envolveu na guerrilha, até o exílio no México e a morte dos seus pais pelas Forças Armadas da Guatemala.

Após uma década de sua publicação, o *testimonio* de Menchú trouxe controvérsias quanto a sua veracidade. O crítico David Stoll atacou publicamente o *testimonio* de Rigoberta Menchú alegando haver uma distorção nos fatos narrados (BEVERLEY, 1999). O autor atribui como causa do estrondoso sucesso do texto de Rigoberta o fato de a mesma ter recebido educação formal, permitindo-lhe posicionar-se acima daqueles que não deixaram sua aldeia para serem educados, o que tira dela a condição de subalterna. Contudo, Beverley (2004) reage a esse ataque argumentando que os estudos subalternos precisam aproximar o leitor das margens da subalternidade, e uma narrativa como a de Rigoberta tem essa capacidade de deslocar o centro, tornando a voz subalterna audível.

Embora a proposta de um campo de estudos subalternos na América Latina tenha obtido relativa ressonância na academia, com a formação de um grupo voltado para este tema, algumas questões acabaram sendo levantadas por outros autores latino-americanos que problematizaram a proposta de se produzir conhecimento a partir das margens.

Para Grosfogel (2006), existem dois pontos problemáticos dentro do grupo latino-americano de estudos subalternos. O primeiro deles refere-se ao fato de o grupo ter optado por estudos sobre a perspectiva subalterna e não com a perspectiva subalterna. Em outras palavras, a teoria continuou sediada no Norte, ao passo que os sujeitos a serem estudados estavam no Sul. Assim, continuaram analisando o Sul a partir do conhecimento produzido no Norte, ao invés do conhecimento produzido por autores do Sul. O segundo ponto levantado por Grosfogel (2006) deriva do primeiro, pois, como a teoria ficou sediada no Norte, mesmo que estudando a subalternidade no Sul, continuou epistemologicamente colonizada. Assim, seria necessário descolonizar não apenas os estudos subalternos, mas a própria abordagem pós-colonial, levando à formação de uma crítica descolonial que considere uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados.

Para Coronil (2008, p. 416), se, de um lado, podemos admitir que o “pós-colonialismo é uma categoria fluida e polissêmica, cujo poder deriva em parte da sua habilidade de condensar múltiplos significados e se referir a diferentes lugares”, de outro, devemos pensar que existem alguns limites para esta condensação. Afinal, se foram os teóricos de língua inglesa os responsáveis pela demarcação do campo, então isso tende a colocá-los em destaque no campo e a marginalizar ou diminuir a importância de outras reflexões sobre o colonialismo, desenvolvidas a partir de locais e perspectivas diferentes daquelas desenvolvidas sobre a África ou sobre a Índia. Assim, a reflexão sobre a América Latina no campo dos estudos pós-coloniais deve ser feita de forma crítica, entendendo que a inclusão do continente no campo expande o escopo geográfico e linguístico do pós-colonialismo e conecta as experiências de dominação britânica com as de dominação espanhola e portuguesa, modificando e ampliando a compreensão global da história moderna (CORONIL, 2008). Afinal, como observa o antropólogo mexicano Klor de Alva citado por Taylor (2007, p. 120), o “[...] México não é uma outra versão da Índia, o Brasil não é mais um tipo de Indonésia” e adverte dizendo que

[...] um erro estará sendo cometido quando acadêmicos aplicam ferramentas e categorias de análise desenvolvidas no século vinte para entender o colonialismo britânico, especialmente na Índia e na África, para interpretar as experiências da América Latina entre os séculos dezesseis e dezoito.

Nesse sentido, refletir sobre a América Latina pós-colonial implica problematizar a própria noção de América Latina. Para Mignolo (2007), a ideia de latinitude foi construída pelos colonizadores e se coloca como homogeneizadora de povos diferentes para comporem uma só América e, com isso, para serem excluídos de outra América, que não é Latina. Essas diferenças, sejam físicas ou culturais, marcam a presença da colonialidade.

Neste contexto emerge o sujeito latino-americano como a corporificação da ideia de América Latina. Como resultado do encontro colonial, o sujeito latino-americano agrupa um conjunto de significados que representam diferenças fenotípicas entre o sujeito europeu e autóctone. Historicamente, segundo Quijano (2008), essas diferenças produziram identidades sociais contrastivas que delimitavam quem dominava e quem era dominado. De um lado, havia diferenças autóctones entre “índios”, “negros”, e “mestiços”, de outro, diferenças europeias entre “espanhóis”, “portugueses”, e “britânicos”. Com o passar do tempo, o que antes representava grupos étnicos e nacionalidades, passou a representar identidades coloniais como a do “sujeito latino” e do “sujeito europeu”. O que permitiu julgamentos de

valor para cada destas identidades, que assumiram uma conotação racial estabelecida por hierarquias, lugares e papéis sociais específicos para cada uma delas.

Embora visíveis nas relações sociais, por um longo período estas hierarquias estiveram invisíveis na produção do conhecimento científico, historicamente visto como algo “neutro”. Para Dussel (1994), o chamado *Cogito ergo sum* cartesiano (“penso, logo existo”), responsável pelo dualismo sujeito-objeto, se encarregou de colocar o sujeito na condição daquele que possui uma verdade “universal” sobre o objeto – que também era entendido como o Outro nas relações sociais e na produção do conhecimento (ALCADIPANI; ROSA, 2010). Com efeito, a filosofia ocidental se coloca como possuidora de uma consciência “universal” fundamentada no pensamento científico. Contudo, segundo Dussel (1994), antes mesmo do termo cartesiano existir, a expansão colonial europeia iniciada no século XV já tinha criado o que o autor denomina de *Vinco ergo sum* (“conquisto, logo existo”). Ou seja, a premissa de que o pensamento científico pudesse substituir a figura de um Deus onipresente e onipotente possuidor de uma verdade universal, foi precedida por um contexto histórico, político, econômico e social gerado pela colonização dos países periféricos. Assim, a lógica do pensamento científico foi precedida pela lógica do pensamento colonial que, por meio da força, contribuiu para moldar a subjetividade daqueles que estavam na periferia de um mundo que era gerido e organizado a partir de um centro exportador de formas supostamente universais de pensamento e ação. Dessa forma, a ciência Ocidental atuou na constituição de um subalterno Latino.

Na perspectiva dos estudos subalternos (étnico-racial e feminista), esta pretensa universalidade – representada pelo eurocentrismo – tem sido entendida como um conhecimento situado, mas que se assume como universal por meio de relações de poder que estão implícitas nas formas de difusão do conhecimento entre o centro e a periferia. Como falamos sempre de algum lugar nestas relações de poder, segundo Mignolo (2002), então sempre ocupamos, ao mesmo tempo, um lugar epistêmico e um lugar social que se traduz numa geopolítica do conhecimento. Trata-se do que Grosfogel (2006) denomina “sistema-mundo/europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista/colonial/racial/sexual/patriarcal”, cuja premissa se ampara na “ego-política do conhecimento” em prejuízo da “geopolítica do conhecimento”. Ou seja, baseia-se na perspectiva eurocêntrica de que existe um tipo de “Ego” não situado, que não fala de lugar nenhum, que não possui um rosto, tampouco um nome. Assim, ao se desvincular o “lugar epistêmico” do “lugar social”, o sujeito universal continua oculto, o que garante sua suposta “neutralidade”.

Quando a crítica pós-colonial reconhece a dupla existência destes dois lugares (epistêmico e social) na produção do conhecimento científico, ela consegue resgatar os lugares ocultos de enunciação e, com isso, questionar a legitimidade do sujeito universal que possui uma verdade sobre o Outro, sobre o sujeito autóctone outrora visto como “objeto” de etnografias tidas como “neutras”, fundadas na ego-política

do conhecimento. No entanto, mesmo diante do questionamento pós-colonial, a relação entre o colonizado e o colonizador continuam a ser configuradas pelas relações de poder, pois guardam as marcas da diferença colonial, com estereótipos fundados numa hierarquia que, muitas vezes, impede que o subalterno se coloque como sujeito numa relação horizontal (ALCADIPANI; ROSA, 2010).

No pensamento de Quijano (2008), estas hierarquias se dão por conta da relação entre poder e conhecimento. O eurocentrismo, como parte da colonialidade das relações de poder, tende a organizar os modos de ver o mundo, condicionando, assim, o colonizado a olhar-se com os olhos do colonizador. Essa perspectiva se aproxima muito das ideias de Fanon (1967) sobre a constituição do sujeito colonial, que Quijano (2008) complementa argumentando que, além disso, ocorre um tipo de bloqueio na capacidade de autoprodução e autoexpressão cultural, levando à imitação e à reprodução do conhecimento, o que se traduz numa posição de subalternidade em relação ao conhecimento e à cultura europeia. Assim, a capacidade de reconhecer a diversidade é solapada, as diferentes experiências históricas e suas implicações para o conhecimento são desconsideradas e a hegemonia do eurocentrismo é mantida na orientação para a (re)produção e manutenção de categorias de procedência europeia, consideradas como únicas legitimamente válidas para perceber o mundo. Entre essas categorias, podemos incluir as formas e modelos de organização e gestão.

4 ORGANIZAÇÕES E CULTURA: O OLHAR DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS SOBRE A QUESTÃO COLONIAL

Na área de gestão a abordagem pós-colonial tem sido utilizada com maior frequência no campo dos estudos organizacionais (CALÁS; SMIRCICH, 1999), particularmente em conexão com o *critical management studies* (CMS), em que alguns autores têm procurado sistematizar os elementos fundamentais daquela abordagem. Neste contexto, o livro editado por Prasad (2003a), *Postcolonial theory and organizational analysis*, apresenta uma coletânea de estudos sobre esta abordagem no campo dos estudos organizacionais, com destaque para o capítulo introdutório, em que Prasad (2003b) faz uma extensa revisão sobre a teoria pós-colonial articulando-a com o CMS. Além da publicação dessa coletânea, outros trabalhos utilizaram a perspectiva pós-colonial para analisar questões específicas no campo da gestão.

Banerjee (2000) analisa o conflito em torno da extração de urânio em uma mina situada numa reserva aborígene na Austrália. Ao analisar o discurso

colonial e anticolonial presentes no debate, o autor argumenta que a teoria pós-colonial contemporânea pode ser problemática no que diz respeito a apoiar o conflito entre estes dois discursos. O autor também analisa as relações de poder entre as partes envolvidas e as tentativas para complementar a teoria pós-colonial com uma teoria crítica dos interessados. Nesta direção, outra apropriação do pós-colonialismo no campo é o trabalho de Prasad e Prasad (2002), no qual os autores discutem a questão da identidade, bem como as diferenças entre as formas organizacionais globalizadas, apontando para a representação e a consciência do Outro dentro de um contexto pós-colonial. Além disso, os autores argumentam em favor de uma perspectiva crítica da etnografia organizacional no que diz respeito à análise que se faz do outro (PRASAD; PRASAD, 2002).

Com base na literatura sobre a governabilidade, colonialismo e genocídio, Neu (2000) discute como as técnicas de contabilidade ajudaram na colonização e no genocídio dos habitantes originais do Canadá. O autor argumenta que essas técnicas até hoje auxiliam na execução das políticas neocolonialistas, levando ao genocídio cultural dos povos aborígenes. Neste sentido, Cooke (2003) analisa as relações entre império colonial e pensamento gerencial, explorando o que a compreensão da escravidão e das organizações baseadas na escravidão pode nos dizer sobre gestão e estudos organizacionais. A análise das organizações escravocratas permitiu ao autor perceber que muitas das ideias mais tarde associadas com o taylorismo e com a escola “clássica” já estavam presentes na organização do trabalho escravo na América. O autor mostra como a escravidão contribuiu para o desenvolvimento do pensamento gerencial e mostra que a raiz deste pensamento se baseia no racismo.

Nos estudos sobre gestão e organizações internacionais, Özkazanç-Pan (2008) se apropria da abordagem pós-colonial para problematizar a área de *International Management* (IM). A autora argumenta que a produção (escolas de negócios e pesquisadores) e a circulação (como revistas acadêmicas de gestão e ensino em gestão) do conhecimento em IM estão hegemonicamente baseadas numa epistemologia ocidental (Norte) que ignora o “resto” do mundo (Sul). Assim, ela sugere que “[...] os estudiosos (re)conceituem o Outro como um colaborador legítimo do conhecimento em gestão ‘internacional’ e não em termos de gestão ocidental ou na necessidade de experiência de gestão ocidentais” (ÖZKAZANÇ-PAN, 2008, p. 971). Nessa mesma linha de argumentação, Gopal e Willis (1999) discutem o papel desempenhado pela sede das corporações multinacionais na imposição de sistemas de informação, tais como ERPs (*Enterprise Resource Planning Systems*) e outros sistemas de gestão interligada às suas filiais, indicando dependência deles em relação à matriz. Os autores argumentam que a gestão interna dessas multinacionais é semelhante a dos sistemas coloniais, cuja metrópole (no caso, a matriz) fornece a orientação geral que as colônias (subsidiárias)

devem seguir, impõe seus modelos de gestão e tecnologia e, finalmente, remove todos os lucros a partir deles, evitando que investimentos locais ocorram. Além disso, os autores apontam, também, para o papel do idioma inglês na imposição dessa forma de dominação.

No que diz respeito aos estudos subalternos, Styhre (2005) problematiza a apropriação que os CMS têm feito dessa abordagem. Para o autor, os estudos sobre *Labour Process Theory* (LPT), que tradicionalmente estudam trabalhadores de chão de fábrica e grupos menos favorecidos no mundo do trabalho, têm sido desconsiderados pela crítica que, na maior parte dos estudos se ocupa de práticas gerenciais situadas no topo das grandes organizações ou em consultores e escritores de livros populares de gestão. A fim de resgatar esta tradição de estudos e realmente lidar com a questão da subalternidade, o autor apresenta estudos sobre práticas de gestão em grupos subalternos, como operários, empregadas domésticas e garçonetes. Segundo Styhre (2005) somente a partir destes estudos pode-se romper com o *mainstream* e pensar a gestão a partir de um olhar subalterno. Há, ainda, análises mais recentes que buscam discutir a contribuição da perspectiva pós-colonial para a análise das organizações em contexto Anglo-Saxão (JACK et al., 2011; MIR; MIR, 2013).

Embora os trabalhos discutidos até aqui estejam diretamente vinculados à perspectiva pós-colonial, todos eles se limitam à apropriação de autores anglófonos, e ainda desenvolvem suas análises a partir de um contexto sociocultural distinto da realidade latino-americana. Nenhum dos autores mencionados se apropria dos estudos desenvolvidos na região e, por conta disso, têm seu eixo ainda vinculado às teorias desenvolvidas no Norte. Sendo assim, podemos observar que, no campo dos estudos organizacionais, poucos trabalhos têm se ocupado da questão latino-americana, entre os quais destacamos aqui os trabalhos de Caldas e Alcadipani (2003), Ibarra-Colado (2006), Misoczky (2006, 2011) e Rosa e Alves (2011), que analisam questões ligadas ao pós-colonialismo e aos estudos organizacionais na América Latina.

Caldas e Alcadipani (2003) problematizam a influência norte-americana na teoria e na prática gerencial da região. Os autores discutem a “americanização” como uma nova forma de colonialismo que visa produzir, de forma idealizada, um modelo “universal” de gestão capaz de ser utilizado por qualquer tipo de organização, em qualquer lugar do mundo, independentemente da sua dinâmica sociocultural. Ibarra-Colado (2006), por seu turno, percebe o processo de americanização da gestão como um tipo de “colonialidade epistêmica”. Para o autor, a própria noção de “organização”, em si, já é problemática, pois tem a tendência de homogeneizar diferentes realidades e a associar-se com uma forma particular de organização (empresas privadas), dificultando, assim, a possibilidade de representar qualquer realidade além da racionalidade instrumental e da lógica do mercado. Assim, o termo “organização” é muitas vezes pensado como neutro,

dando um caráter técnico a qualquer realidade organizacional, enquanto as diferenças substanciais entre igrejas, exércitos, fábricas, governos, corporações e partidos políticos são eliminados sob o termo “organização”. Nesse sentido, o termo também tende a negligenciar a alteridade e os problemas dos contextos locais, tais como os diferentes lugares da América Latina, onde a modernização, como pensamento ocidental e que normalmente está implícito no conceito, é uma ocorrência sem significado. Ademais, a maneira como a organização é representada e pensada na literatura dos países centrais (principalmente Estados Unidos e Reino Unido) tem uma tendência a considerar as organizações do Sul como expressões imperfeitas das organizações do Norte (IBARRA-COLADO, 2006).

No intuito de propor uma ruptura com a lógica do colonialismo epistêmico, Misoczky (2006) resgata o pensamento pós-colonial desenvolvido na América Latina e argumenta em favor de uma descolonização da pesquisa acadêmica na região a partir de uma postura contra-hegemônica. Contudo, a autora chama atenção para não se produzir posturas essencialistas em relação ao que é produzido fora da região, sob risco de se cair no outro extremo, ou seja, num tipo de particularismo que se coloca acima das demais perspectivas (MISOCZKY, 2006). Essa preocupação também está presente entre os autores latino-americanos, conforme destaca Grosfogel (2006) sobre o cuidado em não se construir uma crítica antieuropeia fundamentalista. Para esse autor, o pensamento de fronteira defendido pela perspectiva dos estudos pós-coloniais e subalternos deve transcender esses extremos e buscar uma posição que seja crítica tanto em relação aos essencialismos eurocêntricos, quanto aos essencialismos terceiro-mundistas. Trata-se de romper com posturas fixas, sejam elas hegemônicas ou marginais, pois o que toda visão fundamentalista traz em seu bojo é a premissa de que existe uma única tradição epistêmica capaz de alcançar a “verdade” (GROSGOGEL, 2007). Nesse sentido, Misoczky (2011) tenta romper com a hegemonia de escritos anglofônicos na tradição pós-colonial da área de estudos organizacionais ao propor uma perspectiva Latino-Americana para se compreender a região.

Em linhas gerais, o que está no pano de fundo da abordagem pós-colonial e dos estudos sobre subalternidade que podem servir de ponto de partida para estudos críticos sobre organizações no Brasil reside em dois pontos fundamentais: 1. o primeiro é o reconhecimento de que os efeitos do colonialismo ainda estão presentes no modo de interpretar o mundo ao nosso redor e que este olhar colonizado gera disfunções significativas na forma como organizamos nosso conhecimento e nossas práticas de gestão; 2. o segundo é que existe a necessidade de se descolonizar o campo e de construir uma perspectiva de análise que seja capaz de transcender todos os tipos de fundamentalismos. No próximo item exploramos estes dois pontos a partir de trabalhos desenvolvidos e debatidos em nosso próprio contexto de produção acadêmica.

5 **DEPENDÊNCIA CULTURAL, SUBALTERNIDADE E HIBRIDISMO: A BUSCA PELA TERCEIRA MARGEM DO RIO NOS ESTUDOS CRÍTICOS SOBRE ORGANIZAÇÕES**

Mesmo fora do contexto da *démarche* pós-colonial, muitos trabalhos produzidos dentro e fora dos estudos organizacionais brasileiros levaram em conta as mesmas preocupações dos autores pós-coloniais. Ou seja, o reconhecimento dos efeitos coloniais e a necessidade de se descolonizar o campo aparecem de forma indireta nas análises sobre: 1. a questão da dependência cultural; 2. a necessidade de um olhar a partir do Sul; e 3. a presença do hibridismo na dinâmica cultural brasileira.

No âmbito dos estudos organizacionais, a questão da dependência cultural aparece nos trabalhos de Serva (1992) sobre a transferência de tecnologia gerencial entre países centrais e periféricos. Segundo o autor, esse processo esteve diretamente ligado ao desenvolvimento do sistema fabril nos anos 1930 e à modernização do setor público. Tais iniciativas buscavam nas contribuições de autores americanos como Taylor, Fayol e Gullick, um estilo gerencial que fosse compatível com a orientação autoritária do Estado Novo. O tema da dependência cultural está presente também nas análises sobre a produção acadêmica em diferentes áreas no campo da gestão no Brasil. Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) mostraram que essa produção de conhecimento tem deficiências significativas em termos de originalidade e inovação, bem como tende a imitar os padrões, jargões e esquemas mentais do Norte. Entre os trabalhos publicados em português no campo, a maior parte das referências bibliográficas é praticamente oriunda de artigos em inglês publicados em periódicos dos Estados Unidos (VERGARA, 2001) e da Europa (RODRIGUES; CARRIERI, 2001). O que, segundo Prestes Motta, Alcadipani e Bresler (2001), mostra como o estrangeiro é sempre valorizado na nossa área no Brasil.

A preocupação com um olhar a partir do Sul aparece inicialmente na coletânea organizada por Prestes Motta e Caldas (1997), cujos trabalhos buscaram estabelecer um profícuo diálogo com autores brasileiros vinculados ao campo das ciências sociais. Nesta coletânea, diferentes dinâmicas organizacionais foram apresentadas como expressões culturais tipicamente brasileiras e, a partir delas, exploraram-se também formatos organizacionais diferentes do tradicional modelo de organização racional e hierárquica. Na esteira desse primeiro trabalho, outras análises também buscaram resgatar importantes autores vinculados aos estudos organizacionais brasileiros, tais como Mauricio Tragtemberg (ver FARIA, 2001; PAES DE PAULA, 2002), Alberto Guerreiro Ramos (ver

AZEVEDO; ALBERNAZ, 2006; PAES DE PAULA, 2007) e Fernando Prestes Motta (ver FARIA, 2003; ROSSATO NETO; CAVEDON, 2006). Ao buscarem compreender a dinâmica das organizações brasileiras a partir de autores brasileiros, esses trabalhos fazem a tentativa de acompanhar um movimento similar à proposta de Grosfogel (2006) em produzir conhecimento a partir de autores e de análises locais (PRESTES MOTTA; ALCADIPANI; BRESLER, 2001).

Sobre a questão da subalternidade, o apelo feito por Styhre (2005) de se deslocar o foco de análise para os grupos menos favorecidos e, a partir deles, compreender práticas alternativas de organização e gestão, aparece nos trabalhos desenvolvidos por Cavedon e Ferraz (2006), que analisam a experiência de autogestão em um grupo de artesãs na cidade de Porto Alegre. No trabalho de Carrieri, Souza e Almeida (2008), quando analisam estratégias e táticas empreendidas por vendedores ambulantes na manutenção, organização e gestão de uma feira de rua, e no trabalho de Paço-Cunha, Ferrugini e Lopes (2009), ao analisarem táticas de organização da resistência elaboradas por telefonistas de um *call center* para driblar os rígidos sistemas de controle gerencial utilizados pela alta administração.

No entanto, quando olhamos esse movimento de construção de um olhar a partir do Sul, no campo específico dos estudos críticos sobre organizações no Brasil, temos uma radicalização dessa ideia que nos leva ao terceiro ponto da abordagem pós-colonial: a questão do hibridismo. No primeiro debate sobre a crítica no Brasil, publicado pela *Revista de Administração Contemporânea* (ver MISOCZKY; ANDRADE, 2005a, 2005b; ALCADIPANI, 2005; FARIA, 2005), dá-se início a um processo de dicotomização do campo com a formação de duas posições supostamente antagônicas. De um lado estaria o CMS visto como uma abordagem predominantemente pós-estruturalista, com postura política de caráter reformista e uma nítida vinculação com as epistemologias do Norte. De outro, a tradição “nacional” vista como uma abordagem predominantemente marxista, com postura política de cunho revolucionário e uma vinculação com as epistemologias do Sul. Com base nestas tipificações, uma série de trabalhos subsequentes tratou de reproduzir estes tipos e, com isso, ampliou cada vez mais a distância entre as duas formas de crítica, chegando ao ponto de se rejeitar determinadas tradições intelectuais sob alegação de não serem críticas ou ainda inadequadas para analisar organizações brasileiras.

Caldas e Vieira (2006) reafirmam a posição do CMS como uma crítica eurocêntrica, ao passo que Paes de Paula (2008) reafirma a posição “nacional” como autônoma em relação à crítica internacional. Ao fazerem isso, os autores confirmam a fronteira criada no primeiro debate e, no caso de Paes de Paula (2008), estabelece uma conexão entre CMS e pós-estruturalismo, seguido da marginalização do pós-estruturalismo como uma abordagem não-crítica – posições que se confirmam em trabalhos subsequentes (ver PAES DE PAULA; MARANHÃO; BARROS, 2009; PAES DE PAULA et al., 2010).

No segundo debate sobre a crítica nos estudos organizacionais, promovido pelo *Cadernos EBAPE*, as mesmas posições se confirmam e Faria (2009) amplia a dicotomia criando um esquema de classificação que visa enquadrar estudos que sejam críticos e não-críticos. Ao fazer isso repete a mesma operação de Burrell e Morgan (1979) quando tentaram organizar o campo por meio de paradigmas mutuamente excludentes, sendo, por causa disso, exaustivamente criticados por diversos trabalhos publicados no campo (ver HASSARD, 1993; WILLMOTT, 1993; LEWIS; GRIMES, 1999).

No caso do esquema elaborado por Faria (2009, p. 515, grifo nosso) há um tipo de incomensurabilidade parcial na medida em que “as duas primeiras áreas constituem a teoria crítica, e embora não comunguem da mesma linha teórica e epistemológica que a das análises críticas, entendo que possam dialogar. Os CMS, contudo, pertencem à outra face da matriz dos estudos organizacionais críticos”. Ou seja, novamente aquela dicotomia gerada no primeiro debate é confirmada neste esquema, que não autoriza o diálogo com o CMS. Assim, embora o autor não rejeite o diálogo com o pós-estruturalismo, seu esquema de classificação das abordagens críticas argumenta que “[...] a linha dos *critical management studies* constitui-se como a crítica não crítica de estudos críticos. Trata-se de uma abordagem na qual o papel da crítica não tem um caráter revolucionário, mas reformadora” (FARIA, 2009, p. 514). Ou seja, na visão deste autor, se a abordagem não for revolucionária, simplesmente, não é crítica.

Do ponto de vista pós-colonial, a dinâmica que o campo dos estudos organizacionais críticos têm assumido no Brasil traz consigo dois problemas centrais. O primeiro deles é a suposição de que, ao rejeitar o CMS (e, por extensão, o pós-estruturalismo) se está combatendo o eurocentrismo e construindo um olhar crítico a partir do Sul. Aqui há o problema de ver o CMS como uma abordagem unificada e congruente, algo que ignora suas múltiplas faces e disputas da área. Em parte isso é possível quando autores brasileiros são privilegiados na construção de análises críticas que estejam vinculadas ao contexto específico da América Latina. Entretanto, pensar que tradições marxistas e frankfurtianas não representam abordagens eurocêntricas é igualmente problemático, pois, assim como o CMS e pós-estruturalismo francês, estas tradições teóricas foram desenvolvidas no e para o contexto Europeu. Os usos dessas abordagens na nossa região são fruto de uma importação e adequação feita por intelectuais latino-americanos com o intuito de compreender os problemas locais. Dessa forma, afirmar que uma tradição é mais adequada do que a outra, trata-se, no mínimo, de um particularismo.

Sabemos que parte do CMS resulta de um conjunto de mudanças na teorização crítica desde a *Labor Process Theory* (LPT), passando pela redefinição

da esquerda na Europa, até posições recentes, mais alinhadas ao pós-estruturalismo (HASSARD; HOGAN; ROWLINSON, 2001), mas isso não significa que o CMS seja totalmente pós-estruturalista, pois trata-se de um “rótulo” que abriga diversas perspectivas teóricas, inclusive aquelas alinhadas ao marxismo e a Escola de Frankfurt (ADLER; FORBES; WILLMOTT, 2008). Por conseguinte, sabemos também que a crítica “nacional” tem produzido importantes reflexões críticas alinhadas ao marxismo (MENEGHETTI; FARIA, 2012) e à Escola de Frankfurt (PAÇO-CUNHA; BICALHO, 2010), mas também não significa que não haja a mesma pluralidade teórica no âmbito da crítica nacional, com abordagens modernistas, pós-analíticas e feministas (DAVEL; ALCADIPANI, 2003).

O segundo ponto é a separação arbitrária entre o que seja crítica e não-crítica. Conforme já discutimos nas seções anteriores, essa tendência de criar opostos binários está no cerne da mentalidade colonial, que por séculos utilizou esse recurso para separar, classificar e hierarquizar pessoas (FANON, 1967), lugares (SAID, 1978) e ideias (SPIVAK, 1988), tendo como objetivo final a submissão de uma parte pela outra. Para facilitar o processo de hierarquização, a mentalidade colonial tende a simplificar diferentes culturas e saberes em identidades fixas, tais como o “índio”, o “africano” e o “latino”, como se todas as pessoas que compõem esses grupos fossem exatamente iguais (QUIJANO, 2008). No esquema elaborado por Faria (2009), o único impedimento dialógico refere-se ao CMS que é visto como uma perspectiva não-crítica, diferente de todas as demais formas de crítica. A principal implicação disso é que, no bojo das manifestações contrárias ao CMS, surge também uma resistência ao pós-estruturalismo e uma suposta valorização das perspectivas marxista e frankfurtiana como as únicas epistemologias capazes de elaborar uma crítica no âmbito dos estudos organizacionais brasileiros.

As questões que nos colocamos a partir desse binarismo são: 1. até que ponto a perspectiva nacional/marxista/frankfurtiana/revolucionária é capaz de explicar os problemas organizacionais que podem advir do que Grosfogel (2006) denomina de “sistema-mundo/europeu/euro-norte-americano/moderno/capitalista/colonial/racial/sexual/patriarcal”? Por conseguinte, 2. até que ponto a perspectiva internacional/pós-estruturalista/reformista é também capaz de explicar este mesmo estado de coisas? Considerando que os efeitos do colonialismo nos países colonizados não se restringem apenas à dimensão econômica de reprodução da lógica do capital, mas, também, a uma dimensão étnico-racial e de gênero, como essas duas perspectivas de análise poderiam se complementar? Além disso, ignora-se que nos próprios países centrais existe a produção de subalternos, como os pesquisadores latinos que vivem e trabalham nos EUA e na Europa.

Um caminho que propomos aqui – entre muitos outros possíveis – para enfrentar essas questões é olhar para fora dos estudos organizacionais e assumir, como ponto de partida, o que Bhabha (1994) denomina de hibridização, que consiste em deslizar entre os essencialismos dessas posições centradas em lugares ideologicamente determinados e assumir uma posição além de qualquer binarismo. Nos estudos sobre o hibridismo na América Latina, mais especificamente no âmbito dos *Chicano Studies*, destaca-se o trabalho da feminista Glória Anzaldúa (1987), que desenvolve a noção de *La frontera* para representar os limites construídos pelo binarismo ocidental, cujas fronteiras isolam e excluem determinadas subjetividades (raciais, sexuais, de gênero, de classe etc.) tornando-as marginais. Transgredir essas fronteiras, segundo a autora, conduz a um “lugar do meio”, onde emerge o que ela denomina de consciência mestiça, a partir do qual o sujeito se liberta da violência gerada pelo binarismo ocidental. A partir da consciência mestiça ocorre “[...] um desenraizamento massivo do pensamento dualista, [pois] a consciência individual e coletiva é o começo de uma longa luta, mas que poderia, em nossas melhores esperanças, levar-nos ao fim do estupro, da violência, da guerra” (ANZALDÚA, 1987, p. 81).

Na tradição intelectual brasileira, este “lugar do meio” aparece na reflexão de Roberto DaMatta (1979, 1995) sobre a multiplicidade de posições organizadas em torno de uma base comum de valores que se manifestam de forma ambígua entre o universal e o particular. Isto é, a cultura brasileira, ao se colocar entre o holismo tradicional das nações periféricas e o individualismo moderno das nações centrais, se constitui como híbrida na medida em que não assume nenhuma dessas posições como definitiva, mas sim, que a nossa virtude estaria exatamente entre elas, ou seja, no meio (DAMATTA, 1995). Sendo assim, para o autor, torna-se inviável compreender a dinâmica brasileira a partir de apenas um pólo, pois é na relação tensa entre essas duas possibilidades que a cultura brasileira se caracteriza de forma singular. O olhar intersticial, atento ao que tangencia o tradicional e o moderno, é o que tipifica e permite compreender uma série de nuances da sociedade brasileira.

Nessa mesma linha de raciocínio, segue o trabalho de outro brasileiro, o crítico literário Silviano Santiago (1982, p. 17) sobre a noção de entre-lugar. Olhando a partir da formação da literatura brasileira, o autor argumenta que “[...] o intelectual brasileiro no século XX vive o drama de ter de recorrer a um discurso histórico que o explica, mas que o destruiu; e a um discurso antropológico que não mais o explica, mas que fala do seu ser enquanto destruição”, pois a difícil constituição desse sujeito latino se faz num terceiro espaço situado entre Nós e os Outros. A base desta reflexão se desenvolve na esteira do manifesto antropófago e sua ambivalência não resolvida que reside em cada um de nós, representada pela célebre frase de Oswald de Andrade: “*Tupy or not tupy, that is the question*”

(ANDRADE, 1928, p. 3); e do enigmático texto de Guimarães Rosa, “A terceira margem do rio”, em que o autor explora a metáfora do pensamento que se recusa a escolher uma das margens do rio, preferindo a ambígua contemplação destas margens (ROSA, 1980).

Assim, neste entre-lugar, situado em algum ponto entre o ser ou não ser e entre estar do lado de lá ou estar do lado de cá, torna-se possível desenvolver um olhar conjunto sobre o que antes se pretendia separar. Quando se está em um dos lados do sistema binário, a visão se limita ao outro lado da relação, aos efeitos, defeitos e distorções que se busca rejeitar. Porém, quando se ocupa um terceiro espaço, um entre-lugar destas duas posições excludentes, torna-se possível enxergar os dois lados de perspectiva completamente nova e compreender melhor não apenas o que exclui, mas, sobretudo o que pode incluir.

Olhar os estudos críticos a partir dessa perspectiva corresponde a uma fuga dos esquemas de classificação baseados na lógica binária do colonialismo. No caso da dicotomia entre uma suposta crítica “nacional” (ou terceiro-mundista) e o CMS (ou eurocêntrica), este entre-lugar permite analisar quais são os limites de cada uma dessas posições e quais são as pontes a serem exploradas. Em primeiro lugar é necessário desmistificar ambas as posições e ir além das posições fixas que insistem em afirmar a crítica nacional como autônoma e, por extensão, que o marxismo é a abordagem mais adequada para analisar criticamente organizações pelo fato de ser revolucionário. Além disso, é necessário desmistificar, também, a idéia generalizada de que toda produção vinculada ao CMS é domesticada e reformista, bem como a idéia de que o pós-estruturalismo não é uma perspectiva adequada para análise crítica pelo fato de não ser revolucionária.

O essencialismo dessas posições produz uma “*frontera*” que impede a formação de uma consciência mestiça no campo dos estudos organizacionais críticos. Enquanto o binarismo positivista prevalecer no campo, fincado em uma das margens, o diálogo entre as diferentes correntes epistemológicas que o constituem se manterá inviável e todas as possibilidades vinculadas a ele se manterão inalcançáveis.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, apresentamos uma introdução ao pensamento pós-colonial fazendo uma apropriação dos conceitos de subalternidade, descolonização e hibridismo como recursos teóricos que nos permitem explorar o olhar pós-colonial nos estudos críticos sobre organizações no Brasil. Ao longo do texto procuramos demonstrar que existem diversas conexões entre a reflexão pós-colonial desenvolvida no

contexto anglo-saxão e a reflexão desenvolvida no contexto específico da América Latina. Além disso, apresentamos como a área de estudos organizacionais, dentro e fora da América Latina, tem se apropriado dessa perspectiva teórica. No contexto brasileiro, diversos trabalhos se ocuparam dos mesmos temas tratados pelo pós-colonialismo, porém, o fizeram fora da sua *démarche* teórica. A partir da leitura desses trabalhos brasileiros, foi possível identificar questões que vão desde a dependência cultural e a consequente importação de conhecimento e de práticas de gestão, até a ruptura com esta lógica a partir da apropriação de autores e práticas locais como recurso para compreender a dinâmica das organizações brasileiras.

Ao direcionar nossa análise para os debates no campo dos estudos organizacionais críticos, essa lógica de ruptura e apropriação se radicaliza e uma dicotomia é formada entre a chamada crítica “nacional” e o CMS. Por meio de um binarismo, típico da mentalidade colonial, diversas visões são elaboradas acerca dessas duas posições. A fim de superá-las, propomos um processo de hibridização que considere a existência de um espaço de enunciação situado para além de qualquer uma dessas identidades fixas. Trata-se de tentar enxergar possibilidades de inclusão e complementaridade no entre-lugar dessas posições. Diferente do esquema desenvolvido por Faria (2009), que não autoriza um diálogo do CMS com as demais correntes críticas, acreditamos que tal diálogo é possível desde que se assuma o hibridismo como possibilidade. Isso implica em “contemplar as margens”, buscando nelas uma possibilidade de diálogo. O que, na prática, significa fazer algumas concessões em ambos os lados. Sendo assim, um primeiro passo seria explorar um caminho para hibridizar as tradições teóricas que formam o pano de fundo dessas duas formas de crítica, o marxismo/frankfurtiano e o pós-estruturalismo.

A leitura conjunta de autores como Honneth (1986) e Hanssen (2000) poderia servir como um primeiro esforço de consolidação do entre-lugar, ou seja, de uma terceira margem da crítica. Esses dois trabalhos fazem importantes aproximações entre o pós-estruturalismo francês e a tradição frankfurtiana, tendo a abordagem foucaultiana como principal ponte. Outra alternativa às duas margens formadas pela crítica nacional e pelo CMS, seria explorar a própria pluralidade dos movimentos conectando trabalhos estruturalistas, neoestruturalistas e pós-estruturalistas, produzidos por ambos, a partir de um processo de “Glocalização”, que se refere a interpenetração do global e local, que enfatiza a heterogeneidade e rejeita as forças de homogeneização advindas de cada uma das margens (ALCADIPANI; ROSA, 2011).

Ao desfazer as margens de uma suposta crítica “nacional” ou “internacional” os estudos críticos abrem espaço para temáticas contemporâneas que são difíceis de serem compreendidas se assumirmos o global e o local como lugares distintos, cuja separação nos exige uma análise exclusiva. Assim, ao inserirmos o local (Brasil) no global (mundo), binarismos como “primeiro” e “terceiro”

mundo, “centro” e “periferia” são problematizados e deixam de ser vistos como posições fixas, puras e homogêneas (SMYTH, 2000).

Nesse sentido, possíveis aberturas para estudos organizacionais críticos a partir da Terceira Margem nos leva a refletir sobre os lugares periféricos dentro de lugares centrais e vice-versa, explorando temáticas como a das minorias expatriadas por multinacionais brasileiras em países centrais e os processos de exclusão a que estão sujeitas quando expostas aos estereótipos da cultura hospedeira. Ou, no caminho inverso, refletir sobre os fluxos migratórios de haitianos, bolivianos e peruanos para trabalharem em condições precárias na construção civil, na indústria têxtil ou mesmo na economia informal em grandes cidades brasileiras, vistas como “centro” para estes grupos. Nessa linha ainda, podemos analisar o impacto para a cultura organizacional de empresas brasileiras que têm recebido mão de obra especializada de europeus fugindo do desemprego em seus países.

No campo da diversidade organizacional, a Terceira Margem pode nos ajudar a refletir sobre temas como a homossexualidade e como isso têm sido tratado pelas atuais políticas de gestão de pessoas, num país cada vez mais conservador, com políticas públicas que retrocederam décadas no campo da luta por direitos humanos. Ou ainda, sobre o tema da mestiçagem num país cada vez mais “americanizado” por políticas de cotas que, em muitos casos, assumem binarismos do tipo preto-branco para definir quem será ou não incluído por tais políticas. A Terceira Margem pode contribuir ainda para uma análise crítica dos novos arranjos organizacionais entre Estado, Mercado e Sociedade Civil em projetos e políticas sociais junto às comunidades ou grupos de risco nas regiões metropolitanas.

Por fim, cabe aqui a reflexão de Ibarra-Colado (2008, p. 934), para quem “[...] o futuro do CMS deve ser imaginado como um conjunto de múltiplos diálogos e conversas entre estudiosos e pessoas de diferentes regiões e culturas para aprender uns com os outros”. Assim, se queremos ampliar nossa capacidade de enxergar as organizações de um ponto de vista crítico, é preciso que esta crítica incida sobre a nossa própria forma de olhar. Isso implica em afastar-se dos dualismos e binarismos que habitam nosso fazer acadêmico e explorar lugares epistêmicos inclusivos e não exclusivos. É fundamental levar em conta que os desafios do capitalismo atual vão além das fronteiras nacionais. Grandes empresas já há tempos desconhecem fronteiras. Se queremos desenvolver uma perspectiva crítica para se compreender as organizações e a administração, precisamos considerar uma solidariedade entre acadêmicos críticos de diferentes matrizes epistemológicas e de diferentes países. Querelas e “mumunhas” apenas farão com que o campo de estudos críticos perca o foco de seu verdadeiro inimigo. Daí a força de se pensar uma terceira margem.

THE THIRD RIVERBANK OF CRITICAL STUDIES ON MANAGEMENT AND ORGANIZATIONS IN BRAZIL: (RE)THINKING THE CRITIQUE FROM POST-COLONIALISM

ABSTRACT

The aim of this paper is to present an introduction to postcolonial thought from its origin, the main areas of study and from possible dialogues between the Anglophone and Latin American traditions. To do that, we analyze the notions of subalternity, decolonization and hybridity as a theoretical possibility to explore the post-colonial perspective in the Brazilian critical organization studies. Although the debate on post-colonialism and subordination is relatively new in organizational studies, in and out of Brazil, the literature review in the area shows that, even outside the context of post-colonial demarche, many works produced about management and organizations in Brazil took into account the same concerns of postcolonial authors. Indirectly, the works address topics that are related to the effects of colonialism on the contemporary world and still recognize the need to decolonize this field of study when considering the question of cultural dependency in Brazilian intellectual tradition and technology transfer between managerial countries of the center and the periphery, when problematize the use of theories produced in the Global North and seek references that value a look from the Global South, and they identify the strong presence of the dynamic Brazilian cultural hybridity. On the other hand, when analyzing the field of critical studies in Brazil, we find the presence of a dichotomy that tends to radicalize the center/periphery relationship with the separation between a supposedly Brazilian critical study on organizations and critical management studies (CMS). Such distinction performs an intellectual binarism typical of colonial mentality. Such mentality in this particular case seeks to define what is and is not critical approach in Management and Organization Studies. Aiming to challenge such binary wisdom, we propose a hybridization process that aim to reconcile the two poles of the binary perspective. To conclude, we argue that the theoretical and political development of both sides depends on a perspective that exploits the fissures of colonial discourse and from a third space perspective reconfigures knowledge production.

KEYWORDS

Postcolonialism; Subaltern studies; Hybridism; Critical studies; CMS.

LA TERCERA ORILLA DE ESTUDIOS CRÍTICOS DE GESTIÓN Y ORGANIZACIONES EN BRASIL: (RE) PENSAMIENTO CRÍTICO DE POSTCOLONIALISMO

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es presentar una introducción al pensamiento postcolonial desde su origen, la zona de estudio y los posibles diálogos entre tradiciones anglófonas y América Latina. Para ello, se discuten los conceptos de subordinación, la descolonización y la hibridez como una posibilidad teórica para explorar la perspectiva poscolonial en los estudios críticos sobre las organizaciones en Brasil. Aunque el debate sobre el post-colonialismo y la subordinación es relativamente nuevo en los estudios organizacionales, dentro y fuera de Brasil, la revisión de la literatura en el área de muestra que, incluso fuera del contexto de las *démarche* post-colonial, muchas obras producidas sobre la gestión y las organizaciones en Brasil llevaron en cuenta las mismas preocupaciones de los autores poscoloniales. De manera indirecta, las obras abordan temas que están relacionados con los efectos del colonialismo en el mundo contemporáneo y todavía reconocer la necesidad de descolonizar este campo de estudio al considerar la cuestión de la dependencia cultural en la tradición intelectual de Brasil y la transferencia de tecnología entre la gestión de países del centro y de la periferia, al problematizar el uso de las teorías producidas en el Norte Global y buscar referencias que valoran una mirada desde el Sur Global, e identifican la fuerte presencia de la hibridez en la dinámica cultura brasileña. Por otro lado, cuando se analiza el campo de los estudios críticos en Brasil, observamos la presencia de una dicotomía que tiende a la radicalización de la relación centro/periferia con la separación entre una supuesta crítica nacional y el *critical management studies* (CMS), interpretando a un tipo de binarismo intelectual típico de la mentalidad colonial, que en este caso trata de definir quién es y quién no es crítico. Para superar este impasse, se propone un proceso de hibridación que puede conciliar los dos polos. Al final de la prueba, se argumenta que el desarrollo de ambas partes teóricas y políticas depende de un enfoque que aprovecha las grietas del discurso colonial y configuración de un tercer espacio de producción de conocimiento.

PALABRAS CLAVE

Postcolonialismo; Estudios subalternos; Hibridez; Estudios críticos; CMS.

REFERÊNCIAS

- ADLER, P.; FORBES, L.; WILLMOTT, H. Critical management studies. In: BRIEF, A.; WALSH, J. (Eds.). *Academy of management annals*. Nova York: AOM, 2008.
- ALCADIPANI, R. Réplica: a singularidade do plural. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 1, p. 219-228, 2005.
- ALCADIPANI, R.; ROSA, A. O pesquisador como outro: uma leitura pós-colonial do “Borat” brasileiro. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 4, p. 371-382, 2010.
- ALCADIPANI, R.; ROSA, A. From global management to glocal management: Latin American perspectives as a counter dominant management epistemology. *Canadian Journal of the Administrative Sciences*, v. 28, n. 4, p. 453-466, 2011.
- ANDRADE, O. Manifesto antropófago. *Revista de Antropofagia*, v. 1, n. 1, p. 3-9, 1928.
- ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.
- ASHCROFT, B.; GRIFFITHS, G.; TIFFIN, H. *The post-colonial studies: The key concepts*. 2. ed. Londres: Routledge, 2000.
- AZEVEDO, A.; ALBERNAZ, R. A “antropologia” do Guerreiro: a história do conceito de homem parentético. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 4, n. 3, p. 1-13, 2006.
- BANERJEE, B. Whose land is it anyway? National interest, indigenous stakeholders and colonial discourses: the case of the Jabiluka uranium mine. *Organization & Environment*, v. 13, n. 1, p. 3-38, 2000.
- BERTERO, C.; CALDAS, M.; WOOD JR., T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 3, n. 1, p. 147-182, 1999.
- BEVERLEY, J. *Subalternity and representation, arguments in cultural theory*. Durham: Duke University Press, 1999.
- BEVERLEY, J. *Testimonio: on the politics of truth*. Mineapolis: Univesity Minnesota, 2004.
- BHABHA, H. Culture's in between. *Artforum*, v. 32, n. 1, p. 167-214, Sept. 1993.
- BHABHA, H. *The location of culture*. Londres: Routledge, 1994.
- BURREL, G.; MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis: elements of the sociology of corporate life*. Londres: Heinemann, 1979.
- CALÁS, M.; SMIRCICH, L. Past posmodernity? Reflections and tentative directions. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 649-671, 1999.
- CALDAS, M.; ALCADIPANI, R. Post-colonialism in latin american management: the genesis and trail of north american reference in brazilian culture and management. In: INTERNATIONAL CRITICAL MANAGEMENT STUDIES CONFERENCE, 3., 2003, Manchester. *Proceedings...* Manchester: UMIST, 2003.
- CALDAS, M.; VIEIRA, M. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. *Revista de Administração de Empresas*, v. 46, n. 1, p. 59-70, 2006.
- CARDOSO, F. H. “Teoria da dependência” ou análises concretas de situações de dependência? *Estudos CEBRAP*, v. 1, n. 1, p. 26-45, 1971.
- CARRIERI, A.; SOUZA, M.; ALMEIDA, G. Feirante ou barraqueiro? Identidades e estratégias na Feira do Jubileu. *Economia & Gestão*, v. 8, n. 1, p. 70-87, 2008.

- CAVEDON, N.; FERRAZ, D. “Tricotando as redes de solidariedade”: as culturas organizacionais de uma loja autogestionada de economia popular solidária de Porto Alegre. *Organização & Sociedade*, v. 13, n. 39, p. 93-III, 2006.
- CÉSAIRE, A. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence africaine, 1955.
- COOKE, B. The denial of slavery in management studies. *Journal of Management Studies*, v. 40, n. 8, p. 1895-1918, 2003.
- CORBISIER, R. *Formação e problema da cultura brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- CORONIL, F. Elephants in the Americas? Latin American postcolonial studies and global decolonization. In: MORAÑA, M.; DUSSEL, E.; JÁUREGUI, C. (Orgs.). *Coloniality at large: Latin America and postcolonial debate*. Durham: Duke University Press, 2008.
- DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis: por uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- DAMATTA, R. For an anthropology of the Brazilian tradition; or ‘A virtude está no meio’. In: HESS, D.; DAMATTA, R. (Orgs.). *The Brazilian puzzle: culture on the borderlands of the western world*. New York: Columbia University Press, 1995.
- DAVEL, E.; ALCADIPANI, R. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 4, p. 72-85, 2003.
- DUSSEL, E. *Método para una filosofía de la liberación*. Salamanca: Sígueme, 1972.
- DUSSEL, E. *1492: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad*. La Paz: Plural editors, 1994.
- FANON, F. *The wretched of the earth*. New York: Grove Press, 1963.
- FANON, F. *Black skin, white masks*. New York: Grove Press, 1967.
- FARIA, A. Réplica: Ampliando questionamentos sobre crítica em Administração. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 1, p. 221-236, 2005.
- FARIA, J. H. Poder e participação: a delinquência acadêmica na interpretação tragtenberguiana. *Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 3, p. 70-76, 2001.
- FARIA, J. H. O poder na obra de Fernando Prestes Motta. *Eccos*, v. 5, n. 1, p. 162-169, 2003.
- FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. *Cadernos EBAPE BR*, v. 7, n. 1, p. 509-515, 2009.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- GOPAL, A.; WILLIS, R. From the colonial enterprise-to-enterprise systems. In: INTERNATIONAL CRITICAL MANAGEMENT STUDIES CONFERENCE, 1., 1999, Manchester. *Proceedings...* Manchester: UMIST, 1999.
- GROSFOGEL, R. La descolonización de los estudios poscoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. *Tabula Rasa*, v. 4, n. 1, p. 17-48, 2006.
- GROSFOGEL, R. The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2, p. 211-223, 2007.
- GUERREIRO RAMOS, A. *A redução sociológica: introdução o estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.
- GUHA, R. *Subaltern studies*. Oxford: Oxford University Press, 1982.
- HANSEN, B. *Critique of violence: between poststructuralism and critical theory*. New York: Routledge, 2000.
- HASSARD, J. *Sociology and organization theory: positivism, paradigms and postmodernity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

- HASSARD, J.; HOGAN, J.; ROWLINSON, M. From labor process theory to critical management studies. *Administrative Theory & Praxis*, v. 23, n. 3, p. 339-362, 2001.
- HONNETH, A. Foucault and Adorno: two forms of the critique of modernity. *Thesis Eleven*, v. 15, n. 1, p. 48-59, 1986.
- IBARRA-COLADO, E. Organization studies and epistemic coloniality in Latin America: thinking otherness from margins. *Organization*, v. 13, n. 4, p. 463-488, 2006.
- IBARRA-COLADO, E. Is there any future for critical management studies in Latin America? Moving from epistemic coloniality to 'trans-discipline'. *Organization*, v. 15, n. 6, p. 932-935, 2008.
- JACK, G.; WESTWOOD, R.; SRINIVAS, N.; SARDAR, Z. Deepening, broadening and re-asserting a postcolonial interrogative space in organization studies. *Organization*, v. 18, n. 3, p. 275-302, 2011.
- KUSCH, R. *La seducción de la barbarie: análisis herético de un continente mestizo*. Buenos Aires: Raigal, 1953.
- LANDES, D. *The wealth and poverty of nations: why are some so rich and others so poor?* Nova York: W.W. Norton, 1998.
- LATIN AMERICAN SUBALTERN STUDIES GROUP. Founding statement. *Boundary 2*, v. 20, n. 3, p. 110-121, 1993.
- LEWIS, M.; GRIMES, A. Metatriangulation: building theory from multiple paradigms. *Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 672-690, 1999.
- MARIÁTEGUI, J. C. *7 Ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Lima: Amauta, 1928.
- MENEGHETTI, F.; FARIA, J. H. Gestão e reificação dos homens do mar. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 13, n. 4, p. 15-47, 2012.
- MIGNOLO, W. Herencias coloniales y teorías postcoloniales. In: STEPHAN, B. (Org.). *Cultura y tercer mundo*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1996.
- MIGNOLO, W. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. *The South Atlantic Quarterly*, v. 1, n. 1, p. 57-96, 2002.
- MIGNOLO, W. *La idea de America Latina*. Barcelona: Gedisa, 2007.
- MIR, R.; MIR, A. The colony writes back: Organization as an early champion of non-Western organizational theory. *Organization*, v. 20, n. 1, p. 91-101, 2013.
- MISOCZKY, M. C. Sobre o centro, a crítica e a busca da liberdade na práxis acadêmica. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 4, n. 3, p. 1-13, 2006.
- MISOCZKY, M. C. World visions in dispute in contemporary Latin America: development x harmonic life. *Organization*, v. 18, n. 3, p. 345-363, 2011.
- MISOCZKY, M. C.; ANDRADE, J. A. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 1, p. 215-233, 2005a.
- MISOCZKY, M. C.; ANDRADE, J. A. Tréplica: Quem tem medo do fazer acadêmico enquanto práxis? *Revista de Administração Contemporânea*, v. 9, n. 1, p. 219-225, 2005b.
- NEU, D. Presents for the "Indians": land, colonialism and accounting in Canada. *Accounting, Organizations and Society*, v. 25, n. 2, p. 163-184, 2000.
- NYE, J. *Soft power: The means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.
- ÖZKAZANÇ-PAN, B. International management meets 'the rest of the world'. *Academy of Management Review*, v. 33, n. 4, p. 964-974, 2008.
- PAÇO-CUNHA, E.; BICALHO, R. Aproximação possível e afastamento necessário entre a teoria crítica frankfurtiana e a psicanálise de Enriquez. *Organizações & Sociedade*, v. 17, p. 401-415, 2010.

- PAÇO-CUNHA, E.; FERRUGINI, L.; LOPES, L. Práticas versus táticas: praxeologia do poder numa organização de tecnologia. *Revista Alcance*, v. 16, n. 2, p. 221-240, 2009.
- PAES DE PAULA, A. Tragtenberg revisitado: as inexoráveis harmonias administrativas e a burocracia flexível. *Revista de Administração Pública*, v. 36, n. 1, p. 127-144, 2002.
- PAES DE PAULA, A. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. *Organizações & Sociedade*, v. 14, n. 3, p. 169-188, 2007.
- PAES DE PAULA, A. *Teoria crítica nas organizações*. São Paulo: Thompson, 2008.
- PAES DE PAULA, A.; MARANHÃO, C.; BARROS, A. Pluralismo, pós-estruturalismo e “gerencialismo engajado”: os limites do movimento critical management studies. *Cadernos EBAPE.BR*, v. 7, n. 4, p. 393-404, 2009.
- PAES DE PAULA, A. ; MARANHÃO, C.; BARRETO, R.; KLECHEN, C. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, v. 50, n. 1, p. 10-23, 2010.
- PEASE, D. US Imperialism: global dominance without colonies. In: SCHWARZ, H.; RAY, S. (Orgs.). *A companion to postcolonial studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- PINTO, A. V. *Consciência e realidade nacional*. 2v. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- PRASAD, A. (Ed.). *Postcolonial theory and organizational analysis: a critical engagement*. Palgrave: McMillan, 2003a.
- PRASAD, A. The gaze of the other: postcolonial theory and organizational analysis. In: PRASAD, A. (Ed.). *Postcolonial theory and organizational analysis: a critical engagement*. London: Palgrave, 2003b.
- PRASAD, P.; PRASAD, A. Casting the native subject: the ethnographic imagination and the (re) production on difference. In: CZARNIAWSKA, B. (Ed.). *Casting the other: the production and maintenance of inequality in organizations*. London: Routledge, 2002.
- PRESTES MOTTA, F.; CALDAS, M. (Org.). *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 1997.
- PRESTES MOTTA, F.; ALCADIPANI, R.; BRESLER, R. A valorização do estrangeiro como segregação nas organizações. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 5, Ed. Especial, p. 59-79, 2001.
- QUIJANO, A. Coloniality of power, ethnocentrism, and Latin America. *Nepantla*, v. 1, n. 3, p. 553-580, 2000.
- QUIJANO, A. Coloniality of power, eurocentrism, and social classification. In: MORAÑA, M.; DUSSEL, E.; JÁUREGUI, C. (Orgs.). *Coloniality at large: Latin America and postcolonial debate*. Durham: Duke University Press, 2008.
- RODRIGUES, S.; CARRIERI, A. A tradição anglosaxônica em estudos organizacionais brasileiros. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 5, Ed. Especial, p. 81-102, 2001.
- RODRÍGUEZ, I. (Ed.). *The latin american subaltern studies reader*. Durham: Duke University Press, 2001.
- ROSA, J. G. *Primeiras estórias*. Rio de Janeiro: Olympio, 1980.
- ROSA, A.; ALVES, M. Pode o conhecimento em gestão e organização falar português? *Revista de Administração de Empresas*, v. 51, n. 3, p. 255-264, 2011.
- ROSSATO NETO, F.; CAVEDON, N. A psicanálise e a cultura organizacional na obra de Fernando Prestes Motta. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4., 2006, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: ANPAD, 2006. 1 CD-ROM.
- SAID, E. *Orientalism*. Nova York: Viking, 1978.

- SAID, E. *Culture and imperialism*. Nova York: Vintage, 1993.
- SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- SANTIAGO, S. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SERVA, M. A importação de metodologias administrativas no Brasil: uma análise semiológica. *Revista de Administração Pública*, v. 26, n. 4, p. 128-144, 1992.
- SHEPARD, T. *The invention of decolonization: the algerian war and the remaking of France*. Nova York: Cornell University Press, 2006.
- SMYTH, G. The politics of hybridity: some problems with crossing the border. In: BERY, A.; MURRAY, P.; HARRIS, W. (Eds.). *Comparing postcolonial literatures: dislocations*. Basingstoke: Macmillan, 2000.
- SODRÉ, N. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: ISEB, 1961.
- SOUZA, J. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- SPIVAK, G. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Orgs.). *Marxism and the interpretation of culture*. Illinois: University Press, 1988.
- SPIVAK, G. *The post-colonial critic: interviews, strategies, and dialogues*. New York: Routledge, 1990.
- STYHRE, A. Subaltern management studies: are they “critical”? In: INTERNATIONAL CRITICAL MANAGEMENT STUDIES CONFERENCE, 4., 2005, Cambridge. *Proceedings...* Cambridge: Judge Business School, 2005.
- SCHWARZ, R. As idéias fora do lugar. In: SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- TAYLOR, C. Latin America. In: MCLEOD, J. (Org.). *The routledge companion to postcolonial studies*. London: Routledge, 2007.
- TOTA, A. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- VERGARA, S. A hegemonia americana em estudos organizacionais. *Revista de Administração Pública*, v. 35, n. 1, p. 63-77, 2001.
- WILLMOTT, H. Breaking the paradigm mentality. *Organization Studies*, v. 14, n. 5, p. 681-719, 1993.
- YUDICE, G. Testimonio and postmodernism. *Latin American Perspectives*, v. 1, n. 3, p. 15-31, 1991.
- ZEA, L. *Colonización y descolonización de la cultura latinoamericana*. Caracas: Ministerio de Educación, 1969.